



Rurian Valentino

## Matriz de danos é objetivo das famílias do Paraopeba para 2022

### VOZES DA GENTE

Moradores falam sobre a Consulta Popular

Pág. 03

### EMERGENCIAL

Veja o que muda com o Programa de Renda

Pág. 04

### GOVERNANÇA

Acordo judicial prevê projetos participativos

Pág. 07

## 2021: um ano marcado por comunidades mobilizadas por direitos

Um ano de mobilização das pessoas atingidas e de fortalecimento das assessorias técnicas independentes (ATIs). Seguimos trabalhando na construção da matriz de danos, que poderá subsidiar medidas de reparação. Após o acordo judicial, houve a implementação do programa de transferência de renda (PTR) e dos Projetos para os Municípios.

No caso do PTR, a FGV assumiu a execução em setembro, depois da demora da Vale na transmissão dos dados de quem recebia o Pagamento Emergencial, o que ainda não foi concluído. Alguns critérios para definir quem recebe foram objeto de consulta às pessoas atingidas, ampliando o perímetro de abrangência pelas chamadas poligonais.

A primeira fase da implementação dos projetos para os Municípios foi a consulta popular sobre quais seriam as prioridades, relacionadas a serviços e políticas públicas municipais.

Nos Municípios assessorados pelas ATIs, houve mobilização pelos conselheiros, conselheiras e comissões, com a indicação dos locais de votação e cogestão do processo.

“  
Os próximos meses serão decisivos

Os próximos meses serão decisivos na implementação das ações previstas no acordo e das relativas ao processo judicial - como a recuperação e reparação socioambiental, as indenizações individuais e a matriz de reconhecimento de danos. Com a aprovação da Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB), esperava-se mais tranquilidade para a continuidade dos trabalhos da matriz de danos, que garante o direito à participação nos processos deliberativos relativos às ações voltadas para a reparação integral. Que 2022 seja um ano de avanços e conquistas para as comunidades atingidas!

Rurian Valentino



Durante o ano de 2021, as comunidades que vivem às margens do rio Paraopeba estiveram mobilizadas na luta pelos seus direitos

## Conheça a Aedas



A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Consolidamos em nossa história uma equipe de elevada capacidade técnica e experiente em trabalhos comunitários. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais. O primeiro é a execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. O segundo consiste em informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



Participe

[www.aedasmg.org/paraopeba](http://www.aedasmg.org/paraopeba)

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Aedas  
WhatsApp Aedas Paraopeba  
Brumadinho - Região 1  
Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas - Região 2

[www.aedasmg.org](http://www.aedasmg.org)  
(31) 9 9840-1487  
[atingidosparaopeba1@aedasmg.org](mailto:atingidosparaopeba1@aedasmg.org)  
[atingidosparaopeba2@aedasmg.org](mailto:atingidosparaopeba2@aedasmg.org)

Aedas - Coordenação Estadual: Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Jéssica Barbosa e Luis Henrique Shikasho | Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto: Ísis Táboas e Luiz Ribas  
Coordenação Territorial: Lucas Vieira Barros e Vanderlei Martini | Coordenação de Comunicação: Diva Braga e Marcos Barbosa. | Equipe de Comunicação: Aleff Rodrigues, Bruna Torres, Jaqueline dos Santos, Lucas Jerônimo, Rafael Donizete, Rurian Valentino, Valmir Macêdo, Wagner Túlio Paulino.

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas Tiragem: 16 mil exemplares



# VOZES DA GENTE

Uma consulta popular feita pela internet, com eleitores de Brumadinho e de 25 municípios da Bacia do Paraopeba, buscou elencar as prioridades dos projetos a serem executados como parte do Acordo de Reparação fechado em fevereiro, nos anexos 1.3 e 1.4. A votação ocorreu de 5 a 22/11, registrando a participação de 10.843 pessoas. Nesta edição, trazemos a opinião das pessoas sobre esse processo.

“Nós precisamos trazer os projetos para o nosso lugar, para ter uma estrutura melhor, ter uma outra vida. Porque a que a gente tinha acabou, então nós precisamos reconstruir tudo de novo. Tem muitos [moradores] que podem sair, mas tem muitos que não podem, não têm para onde ir. Agora é a hora de lutar para que venham as melhorias, é isso que estamos querendo. A gente precisava de um projeto que limpasse o Paraopeba, mas por enquanto a gente não tem. Muita família vivia da pesca, do lazer.



Merita de Jesus,  
liderança comunitária do Cruzeiro - Betim

“A gente procurou levar o máximo de pessoas para votar nesses projetos. A gente teve muita gente empenhada. Fiquei com o papel de explicar, de uma maneira resumida, e mostrar a importância para a comunidade e para a região rural, que foi muito esquecida depois do acidente-crime. Não tivemos a votação expressiva que a gente queria, mas foi boa. A minha crítica é que foi um processo muito difícil. Um excesso de burocracia, um tipo de votação como esse para uma população em que a maioria não tem acesso a sinal de celular. Também a questão da internet não viabilizou votação, principalmente da zona rural. Quem estava na sede, teve mais facilidade com telefonia e internet.



Schirlene Gerdiken,  
Associação de Moradores de Aranha - Brumadinho

Se você perceber, o município de Brumadinho é 100% dependente de minério e o que resta pro restante da população, principalmente da população rural, é a agricultura. Não temos muita ajuda nessa área. Depois do acidente crime as coisas pioraram com a não aceitação dos produtos da região, temos uma série de deficiências nessa questão.

Diversos desafios foram encontrados e, por isso, durante todo o Processo de Consulta, a Aedas esteve, de forma contínua e em conjunto com as demais assessorias, buscando ajudar a resolver os problemas encontrados. Além disso, como forma de diminuir a possibilidade de problemas, a Aedas garantiu pontos de apoio físicos, levando em consideração as comunidades atingidas sem sinal de internet e a dificuldade no uso das plataformas.

O processo de votação ocorreu com a necessidade do uso do cadastro no site “gov.br” e acesso a aplicativos que não são do cotidiano das pessoas atingidas. Essa foi a forma encontrada pelos comprometidos para garantir segurança e o sigilo no acesso ao sistema por pessoas atingidas dentro das regiões. Os espaços tira-dúvidas, nos Grupos de Atingidos e Atingidas online, foram realizados para auxiliar as pessoas de forma efetiva.

Destacamos aqui que o resultado positivo que foi visualizado em relação aos temas e subtemas priorizados pela população é fruto da mobilização das pessoas nos seus territórios.

Sobre a reparação no Rio Paraopeba, há medidas no acordo que apontam para a recuperação socioambiental, não havendo limite de recursos. Deve ser investido o que for necessário para reparação integral, medida por indicadores como qualidade da água e do solo.

Franklin Santos,  
coordenador de Patrimônio, Cultura, Lazer e Esportes na Aedas



# Matriz vai reunir danos e calcular valores para indenizações

Valmir Macedo

**R**ompimento da barragem de rejeitos, 272 vítimas fatais, contaminação do Rio Paraopeba, pesca proibida, pousadas e restaurantes fechados, poeira, agricultura e criação de animais prejudicados, traumas psicológicos e gastos com remédios. São vários os danos relatados pelas pessoas atingidas, que sentem os reflexos negativos do rompimento até hoje, quase três anos do ocorrido.

“

**A Matriz é um instrumento da coletividade das pessoas atingidas**

Como essas pessoas e suas famílias vão conseguir ser indenizadas por esses danos? A resposta para essa pergunta passa pela Matriz de Reconhecimento de Danos, um documento que vai reunir e organizar todos os danos relatados pelas pessoas atingidas à Aedas e às demais Assessorias Técnicas Independentes (ATIs).

Na prática, a Matriz de Danos será uma tabela que vai conter os danos individuais e familiares causados pelo rompimento das barragens da Vale e seus respectivos valores em dinheiro. Ela vai relacionar os prejuízos ao patrimônio ou à própria



Rurian Valentino

Análises técnicas sobre a qualidade da água, solo e ar, além de danos à cultura e a renda da população serão reunidos na Matriz de Danos.

vida das pessoas atingidas a valores em números. A esse processo é dado o nome de valoração.

## A matriz já está sendo construída

A Matriz de Danos está sendo construída de modo participativo com as pessoas atingidas, através de espaços participativos e de todas as informações coletadas pela Aedas nos Registros Familiares e levantadas nos Grupos de Atingidos e Atingidas e Rodas de Diálogos.

Além dessas informações, os técnicos das ATIs irão sistematizar e incluir no documento dados referentes às consultorias especializadas, perícia judicial e demais estudos baseados na centralidade e escuta das pessoas atingidas.

“A Matriz é um instrumento da coletividade das pessoas atingidas, dá voz e

fortalece tudo que cada pessoa atingida poderia tentar fazer sozinha: comprovar que sofreu danos e exigir um pagamento justo por eles. Sua elaboração será resultado da luta e posição dos atingidos e das atingidas sobre reparação justa, em contraposição às propostas de valores para indenização apresentadas pela Vale”, explica Juliana Funari,, coordenadora da Aedas que acompanha a construção da Matriz no Projeto Paraopeba.

“

**Matriz Prévia deve ser apresentada no início de 2022**

É importante entender que a Matriz de Danos é um instrumento coletivo das comunidades atingidas na busca pela Indenização Compensatória. Por

ser coletiva, a Matriz de Danos também pode apontar valores e detalhes de danos mais graves sofridos por grupos sociais específicos, como, por exemplo, familiares de vítimas fatais, pessoas que moram na Zona Quente, pescadores, quilombolas etc. É preciso que a população atingida participe da construção e da defesa da Matriz de Danos para que ela reflita a realidade das comunidades.

Uma Matriz Prévia deve ser apresentada logo no início de 2022. Ela vai apresentar todos os danos que já foram levantados nesses dois anos de assessoria da Aedas junto às pessoas atingidas. Essa matriz inicial deve ser apresentada às comunidades para sua validação e inclusão de novos danos apontados pelas atingidas e atingidos. A Matriz de Danos final deve ficar pronta no final de 2022, após um processo de muito diálogo entre a Aedas e as comunidades.

## Importância das assessorias

A construção da Matriz de Danos é um dos papéis desempenhados pela Aedas, que é uma das ATIs da Bacia do Paraopeba. A Matriz também vai funcionar como contraprova e complementação aos estudos de identificação de danos individuais e ao Termo de Compromisso fechado entre a Defensoria Pública e a Vale.

# Famílias atingidas denunciam problemas com abastecimento e qualidade da água

Rafael Donizete

Quase três anos após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, as famílias atingidas da Bacia do Paraopeba ainda enfrentam as consequências do desastre provocado pela exploração minerária. A insegurança com o uso da água que abastece ou deveria abastecer as comunidades atingidas é confirmada pelo trabalho da Aedas nas regiões 1 e 2 da bacia.

“A água chega com mau cheiro, muito cloro ou suja como se estivesse com barro. O gosto é horrível e nem todo



Arquivo Aedas

Atingidos do Paraopeba protocolaram na Copasa um relatório técnico da Aedas sobre o fornecimento de água nas comunidades.

mundo tem condição de comprar água mineral para beber”, contou Geisa Cristina, moradora do Monte Calvário, em Betim. A situação piora quando o problema é o abastecimento.

Segundo Geisa, a comunidade já chegou a ficar até quinze dias sem água.

Para detalhar estes danos identificados nas comunidades, o coordenador da área socioambiental da Aedas na região 1, Thomas Parili, explicou que “a equipe visita o território, detalha o problema diagnosticado e



voltar a beber uma água sem se preocupar

elabora um relatório técnico para encaminhar ao órgão responsável pelo fornecimento da água”

Um dos relatórios técnicos da Aedas foi entregue à Copasa pelas lideranças atingidas. Em novembro, o MAB reivindicou nas ruas a solução para os casos, além de protocolar o documento na sede da companhia em Belo Horizonte. “A assessoria técnica é uma força que nós temos, porque tudo que a gente quer é um dia poder voltar a beber uma água sem se preocupar com doenças que podem aparecer”, concluiu Geisa.

## PTR prevê avanços comparado ao emergencial

Rafael Donizete

Novembro foi marcado pelo início do Programa de Transferência de Renda (PTR), administrado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em nota, a FGV afirmou que a prioridade deste 1º mês foi quitar os valores destinados a todas as famílias atingidas da Bacia do Paraopeba que já recebiam o pagamento emergencial.

Agora, o desafio assumido pela FGV é de mudar o cenário deixado pela Vale em relação aos pagamentos dessa indenização. Atrasos, bloqueios sem avisos e falta de informação eram questionamentos diários. Alguns pontos que já podem ser considerados como progresso neste processo de transição. Confira:



### CONTINUIDADE:

Resultado da forte mobilização social e da organização das pessoas atingidas acompanhadas pelas assessorias técnicas.



### NOVA DIREÇÃO:

O pagamento do auxílio saiu do domínio da empresa poluidora pagadora (Vale) e, agora, um Comitê Gestor composto pelas Instituições de Justiça contratou a FGV para atuar a partir de um termo firmado com o juiz.



### TRANSPARÊNCIA DO VALOR TOTAL:

A partir da homologação do acordo judicial, foi definido e divulgado o valor de R\$ 4,4 bilhões destinado ao pagamento do programa aos municípios de toda a bacia.



### TEMPO DE DURAÇÃO:

A previsão inicial de 4 anos possibilita a organização financeira das famílias atingidas, podendo ser atualizada após a definição do número de pessoas incluídas no PTR e/ou que receberão os valores retroativos.



### ESCUTA E PARTICIPAÇÃO:

O Comitê Gestor considerou pontos levantados pelas pessoas atingidas na etapa de consulta sobre os critérios para o PTR.



### ANÁLISE DE CASOS NEGADOS, BLOQUEADOS E NOVOS CADASTROS:

O Termo de Cooperação determinado pela justiça à FGV prevê a revisão de cada caso.

### ATINGIDOS AGUARDAM:

#### 1) CANAIS PERMANENTES DE COMUNICAÇÃO:

pontos de atendimento físicos e virtuais, aprimorando o diálogo entre a FGV e pessoas atingidas.

#### 2) TRABALHO EM CAMPO:

mapear presencialmente as comunidades em situações de vulnerabilidade e elegíveis para recebimento.

#### 3) RESPOSTA PARA CASOS DEFINIDOS:

emitir respostas para casos que foram negados e aceitos e lançar data para abertura de novos

# Governança popular é ponto principal do anexo 1.1, que escolhe projetos de crédito e microcrédito

Bruna Torres

**A** Governança popular é o ponto principal do Anexo 1.1 do acordo judicial, assinado entre a empresa Vale e o Governo de MG, que é voltado às necessidades e empreendimento econômico das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem na Bacia do Paraopeba. Neste acordo especialmente, está previsto R\$ 3 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão, no mínimo, deve ser destinado a projetos de crédito e microcrédito.

Diferente dos outros anexos do acordo, a decisão fica a cargo das pessoas atingidas e o processo de participação se dá através de formulação, escolha, planejamento, execução, monitoramento e fiscalização dos projetos. Esse



Arquivo Aedas

Primeiro dia de intercâmbio reuniu moradoras da Região de Ponte das Almoreimas, Pires, e Rua Amianto.

tipo de processo é chamado de Orçamento Participativo. Nos últimos meses, a Aedas mapeou fundos com uma

“

**R\$ 1 bi deve ser destinado a projetos de crédito e microcrédito**

política semelhante que já existem no país para auxiliar as comunidades nessa reestruturação e garantir que a participação. Esse é um ponto que difere dos anexos 1.3 e 1.4, por exemplo, nos quais as prefeituras têm um maior poder de governança e, portanto, o recurso tem um destino diferente e está vinculado diretamente à política pública. Nesse sentido, a assessoria técnica

também designou espaços com pessoas especializadas de outros territórios para um “intercâmbio” de trocas de experiências, dos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, em que os especialistas contaram como usaram os créditos e como o benefício possibilitou o crescimento econômico e coletivo.

Para Ian Almeida, assessor técnico da entidade e integrante da equipe de Economia, Trabalho e Renda, a discussão sobre o anexo está avançada com relação às comissões. No próximo ano, segundo ele, a Aedas realizará “Rodas de Diálogo” nos territórios para maior debate sobre o que a governança popular requer e qual a dimensão desse tipo de política que os atingidos terão que desempenhar.

## VozesMulheres



**É** com imensa alegria que a Aedas inaugura a sua primeira coluna no jornal Vozes do Paraopeba voltada

especialmente para visibilizar as vivências das mulheres durante o processo de reparação integral. Inspiradas pelo poema Vozes Mulheres, da escritora mineira, docente e mulher negra, Conceição Evaristo, esperamos que este seja um espaço de diálogo, anúncios, denúncias e construção coletiva entre a Equipe de Monitoramento de Gênero das Regiões 01 e 02 e as mulheres dos municípios de Brumadinho, Betim,

Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas.

O lançamento da coluna faz parte das ações do Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher, celebrado no último dia 25 de novembro, data em que a AEDAS lançou a campanha “Territórios Sem Violências, Mulheres Livres!”

A campanha articula reivindicações históricas pelos direitos das mulheres

e representa um momento de mobilização social para exigir políticas que garantam o acolhimento, o acesso à justiça e a garantia de uma vida livre de violência para as mulheres atingidas.

Convidamos a todas e todos a seguirem nossas redes sociais, site e boletins de comunicação para acompanharem as ações da campanha. E, lembre-se, em caso de violência contra à mulher, ligue 180.

# Comunidade Quilombola de Ribeirão: conquista coletiva na Consulta Popular

Jaqueline dos Santos

Omês de novembro é muito significativo para a comunidade negra, pois é um mês em que a luta contra o racismo conquista mais evidência em todo país e fortalece tanto a discussão de forma mais ampliada, como também evidencia conquistas e realizações para essa população.



Ações que fortaleçam a participação informada

A comunidade quilombola de Ribeirão fica no município de Brumadinho. É um território familiar, de maioria negra, tradicional e marcada pela presença de lideranças femininas. Assim como outras comunidades da bacia, Ribeirão também estava passando pelo processo de consulta popular, onde as pessoas atingidas escolheram os temas e subtemas para fortalecimento das políticas públicas.



Mayara Costa

Por problemas de acesso a internet, moradores conseguem voto impresso para participação em consulta popular.

Fato é que dentro dos territórios acompanhados pela Aedas, algumas comunidades sinalizam que enfrentam diversos desafios relacionados ao acesso às tecnologias da informação e da comunicação e que isso tem impactado diretamente a participação das pessoas em vários momentos da construção do processo de reparação.

A consulta foi realizada de 05 a 22/11. Considerando que a comunidade de Ribeirão não conseguiria garantir



Conseguimos que o voto impresso acontecesse

participação caso a consulta acontecesse exclusivamente de forma virtual, através de carta pública e vídeo, foi exigido que o processo fosse pensado e realizado de forma mais inclusiva, com o voto impresso.

No dia 21, uma equipe da Aedas que já acompanha Ribeirão esteve presente para auxiliar as pessoas que iriam votar, agora sem risco de perder a rede de telefonia ou inconstâncias na rede de internet. “Conseguimos que o voto impresso acontecesse, no entanto, um único dia não foi suficiente para garantir a participação de um número significativo de pessoas. A bacia em si teve mais direito e participação que os povos tradicionais, pois tivemos apenas um dia para votar da forma que nós decidimos, da forma que a comunidade escolheu que seria mais adequada”, destacou Olizia.

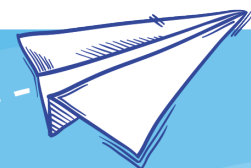
Com o intuito de contribuir de forma efetiva para a construção de uma dinâmica sem exclusões, sem racismos na construção da reparação integral, é cada vez mais importante promover ações que fortaleçam a participação informada das pessoas atingidas, que denuncie violações de direitos e que destaque cada conquista coletiva que as comunidades e pessoas atingidas garantem nesse processo de construção da reparação integral.



Acompanhe mais da Aedas em nossas redes



aedasmg.org | @aedasmg



# É DIREITO



## Reparação Integral: Ações Civis Públicas (ACP's) e indenização individual

Quando falamos de reparação integral, há os que a entendem como, somente, o pagamento dos danos sofridos pela coletividade e, ao mesmo tempo, há os que a compreendem como a reparação dos seus danos individuais. Porém, não é possível que haja Reparação Integral sem ambos os aspectos atendidos.

Assim, tendo em vista a complexidade dos danos gerados pelo rompimento da barragem em Brumadinho/MG, as famosas ACP's desempenham um papel muito importante. Pois, são nelas, que será possível ter uma visão geral e justa dos danos sofridos pelos atingidos, através de todo o aparato institucional presente nessas ações, com estudos técnicos em andamento e com a construção da Matriz de Danos.

A partir daí que será possível ter parâmetros mais exatos e menos custosos, para as pessoas atingidas, para a obtenção da reparação individual.

**Rawy Sena**

Assessor Técnico Jurídico da AEDAS - Região 02  
Equipe de Diretrizes da Reparação Integral

**Aedas**  
em Campo

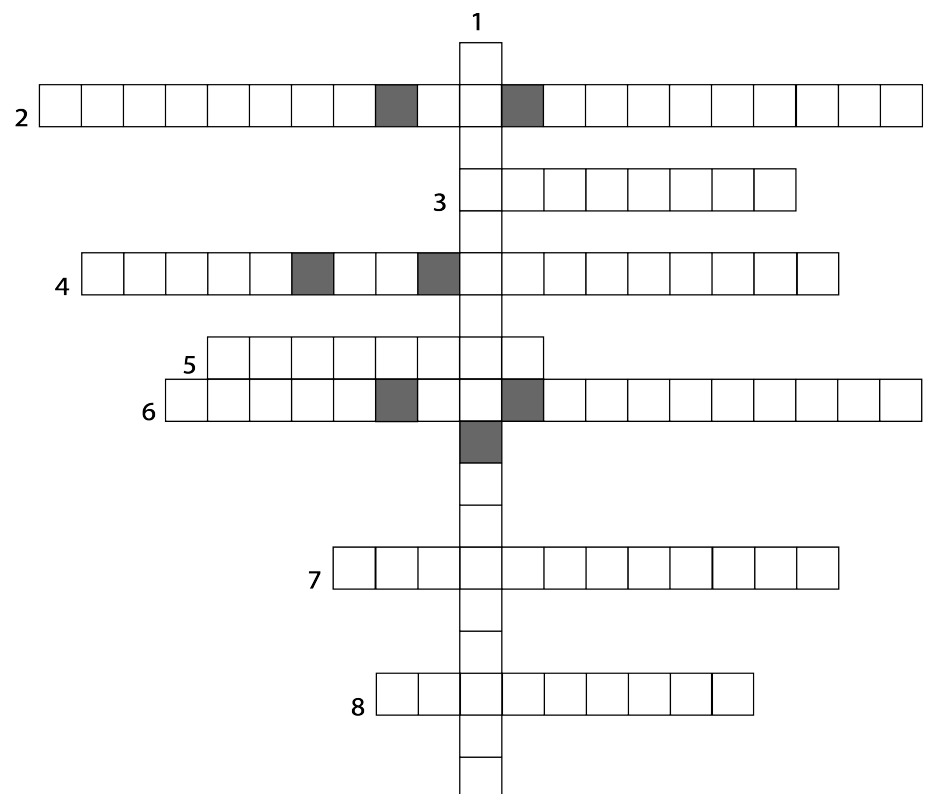
Bruna Torres



Consulta em campo para realização de avaliações sobre danos à moradia e infraestrutura, e outros bens individuais perdidos ou danificados após o rompimento da barragem em Brumadinho.

## Brincadeira é coisa Séria!

1. Processo que objetiva identificar e reparar os danos sofridos por indivíduos, coletividades, territórios ou pela sociedade, diante de uma violação de direitos.
2. Espaço organizativo da população atingida, que se reúnem para debater as soluções de suas necessidades coletivas e individuais processo de reparação.
3. Identidade política coletiva para referir-se às pessoas impactadas direta e indiretamente pelo modelo energético adotado no Brasil.
4. É uma estratégia de mobilização social que objetiva ampliação da participação das atingidas e atingidos.
5. Comunidade quilombola atingida pelo rompimento de Brumadinho e que conseguiu garantir voto impresso no processo de consulta popular.
6. Jornal da AEDAS construído para compartilhar os assuntos do processo de reparação.
7. Processo de envolvimento, fazer parte de algo, inclusão.
8. Rio responsável por unir pessoas, memórias e tradições nas regiões acompanhadas pela AEDAS.



Respostas: 1. Reparação Integral, 2. Comissão de Atingidos, 3. Atingido, 4. Grupo de Atingidos, 5. Ribeirão, 6. Vozes do Paraopeba, 7. Participação, 8. Paraopeba.